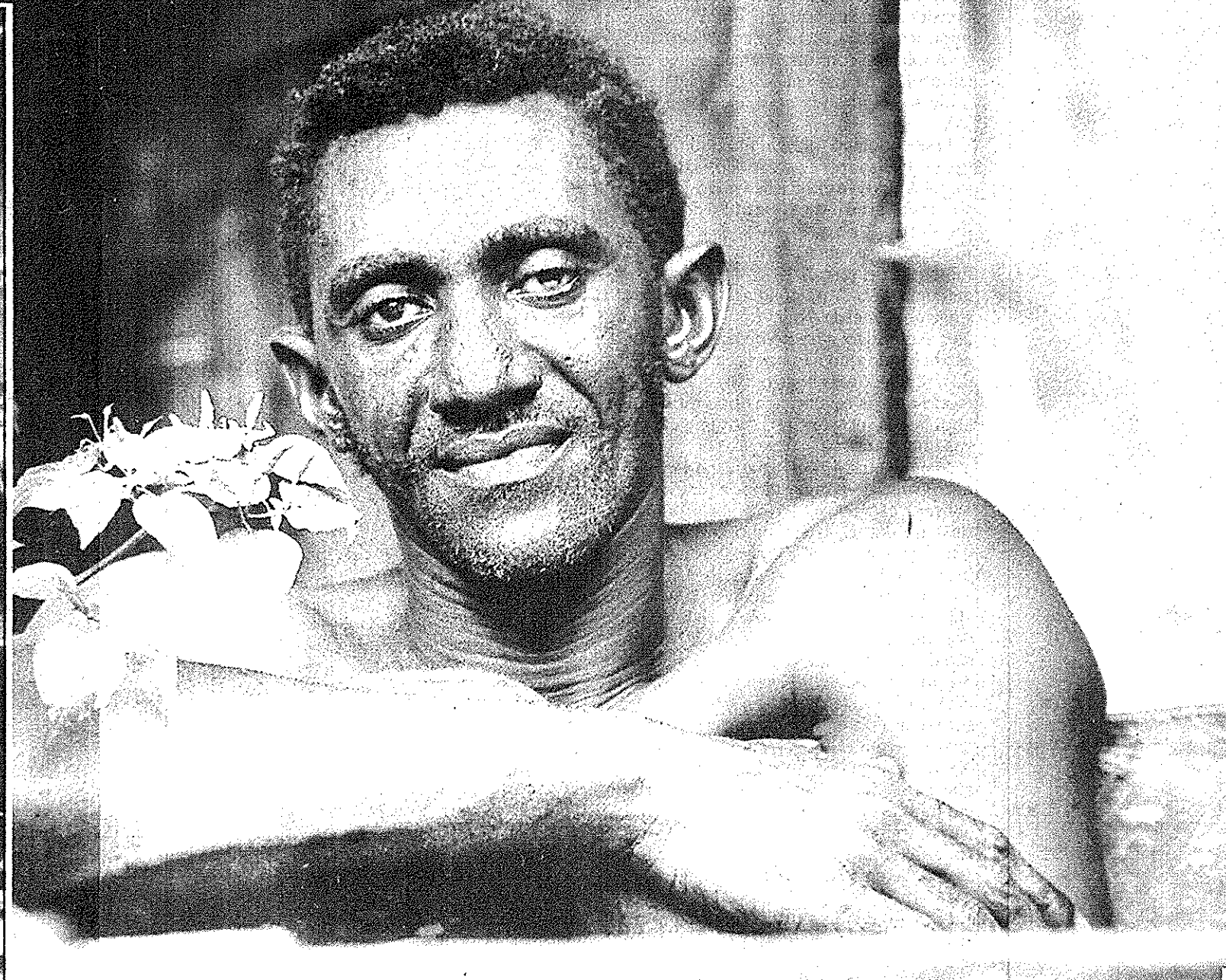


Imagens de quilombos: a vida pouco mudou

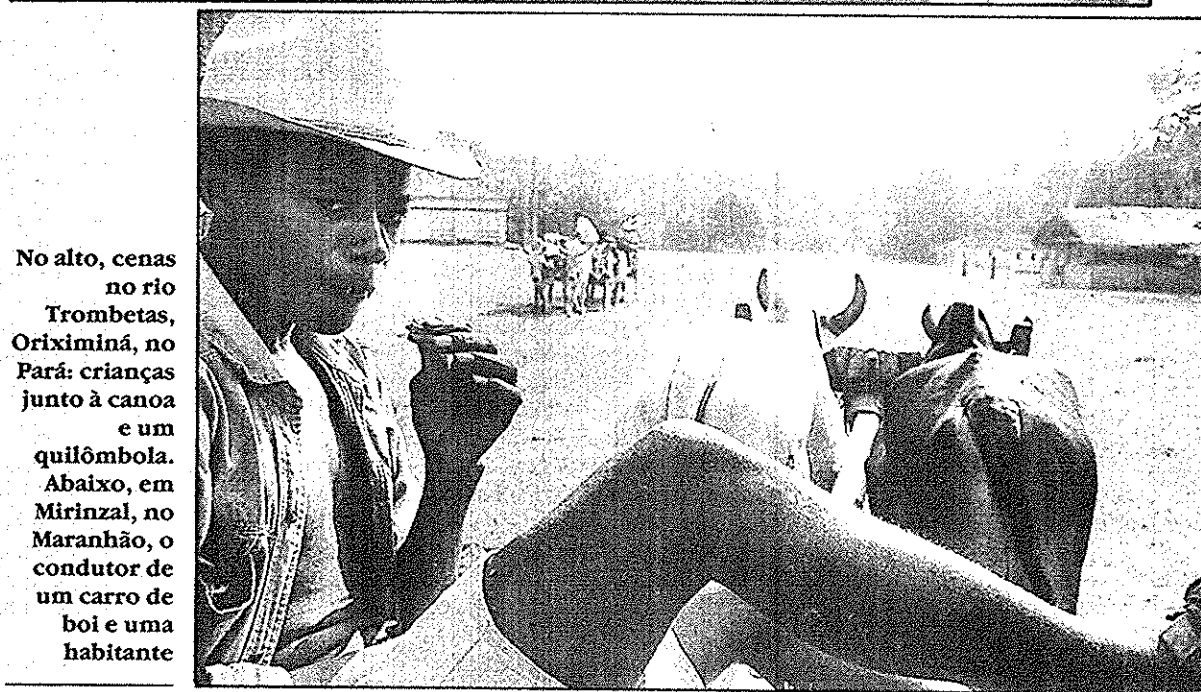
Tendo visitado dezenas de quilombos remanescentes em todo o País, o fotógrafo Ricardo Teles registrou as imagens abaixo, de como vivem os herdeiros de Zumbi. Seu Projeto Quilombos foi iniciado em 1993 e ainda não terminou, mas já lhe deu prêmios da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo e da Mother Jones Foundation. As fotos, de quatro locais diferentes, mostram que, nos cerca de 500 quilombos que ainda restam no Brasil, a vida pouco mudou em relação aos primeiros tempos da instalação dos ex-escravos. Além da necessária modernização, o maior problema das comunidades é a inexistência de titulação de posse



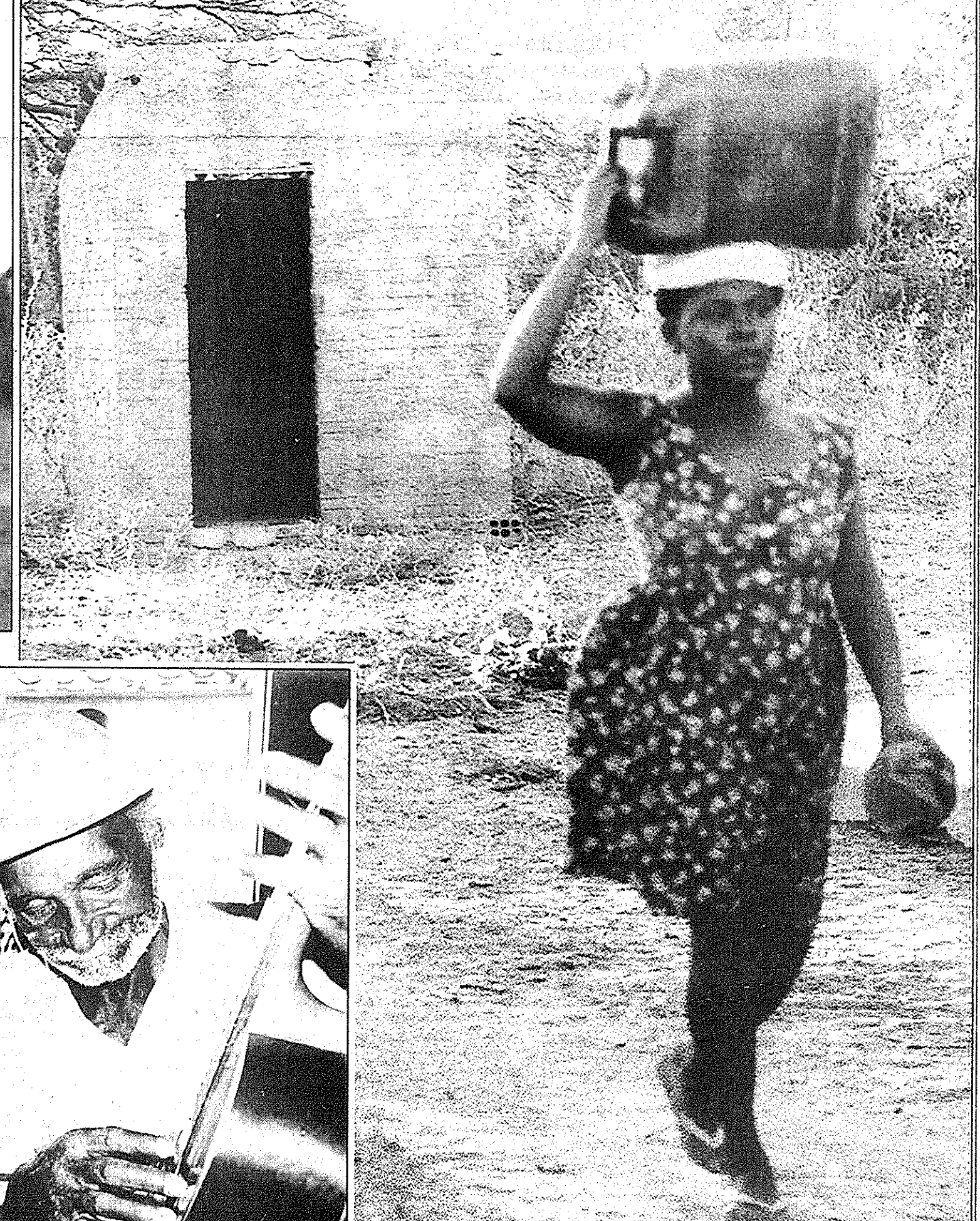
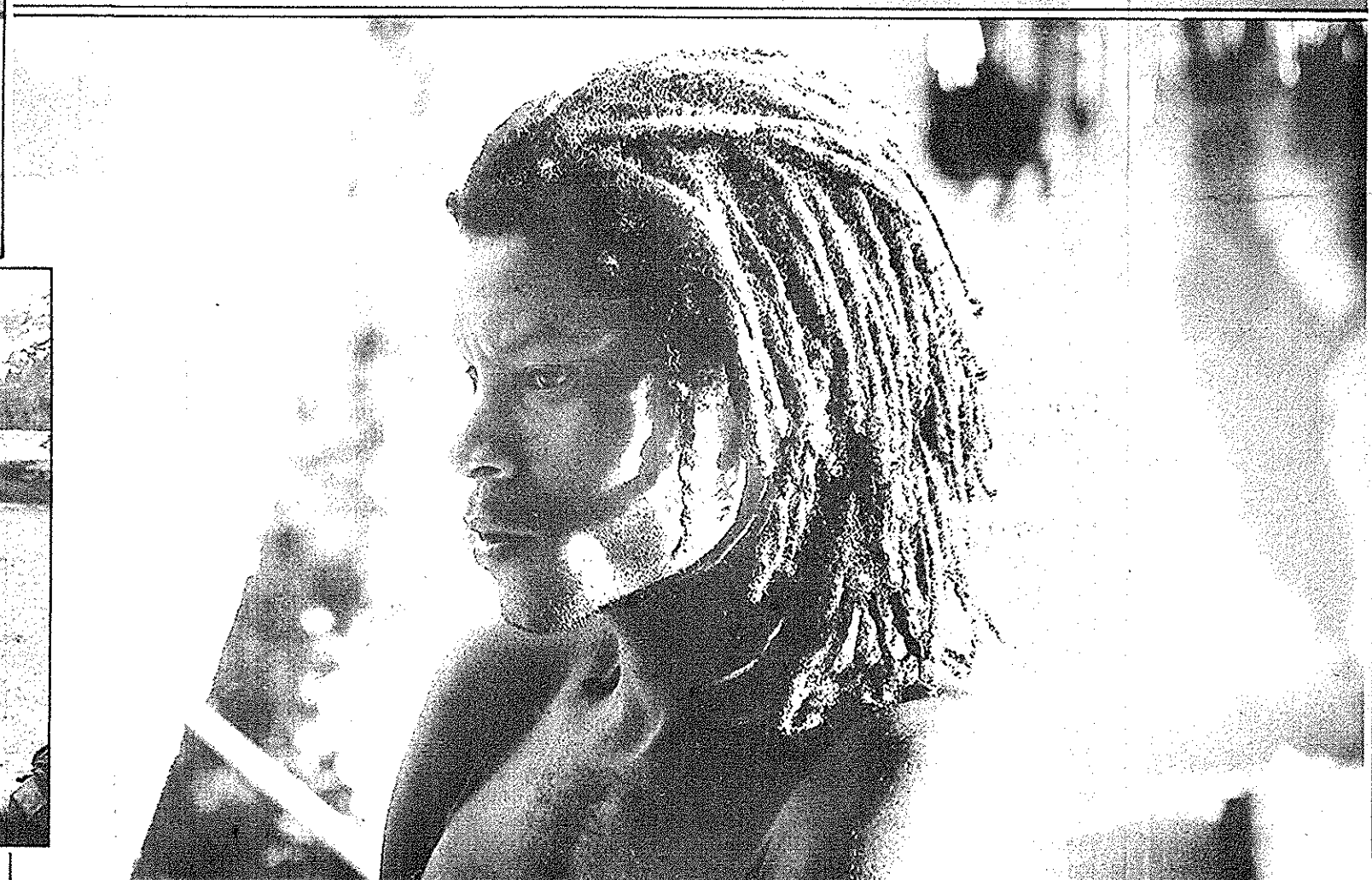
À direita, no Quilombo do Cafundó, perto de Sorocaba-SP, a avó Maria Aparecida Rosa Aguiar, a Dona Cida. O Cafundó é um dos quilombos mais pesquisados. Nele se fala uma língua com 150 palavras africanas, misturadas com palavras de origem portuguesa



Abaixo, uma habitante da comunidade do Frechal, no município de Mirinzal, no Estado do Maranhão. É um dos quilombos que está em luta para garantir a posse da terra, como manda um dispositivo transitório da Constituição Federal



No alto, cenas no rio Trombetas, Oriximim, no Pará: crianças junto à canoa e um quilombola. Abaixo, em Mirinzal, no Maranhão, o condutor de um carro de boi e uma habitante



As 500 comunidades sobreviventes

Apenas dois grupos têm seu processo de posse nos quilombos remanescentes tramitando na Justiça

Sete anos após a aprovação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — que garante a indivíduos remanescentes de quilombos a propriedade definitiva — não houve nenhum título de posse emitido. Das cerca de 500 comunidades de descendentes de escravos fugidos espalhadas pelo Brasil, apenas duas estão com processos tramitando na Justiça: Rio das Rãs, na Bahia, e Iraporundava, em São Paulo.

"O artigo 68 contempla pessoas fixadas na terra há 200, 300 anos — eles não são invasores, estas comunidades são mais antigas que a República", diz Alfredo Wagner, doutor em Antropologia pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro. Organizações negras e alguns juristas acham que a lei é auto-aplicável — não precisa de regulamentação e pode ser utilizada imediatamente. Outra facção acha que o artigo precisa de leis que o regulamentem. "Ele não especifica como deve se proceder à desapropriação de terras pertencentes a particulares nem define quem seriam exatamente as comunidades remanescentes de quilombos", diz o advogado Sérgio Leitão, assessor jurídico do Instituto Sociocultural. Existem dois projetos de lei para regulamentar a titulação, da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e do deputado Alcides Modesto (PT-BA) e outros.

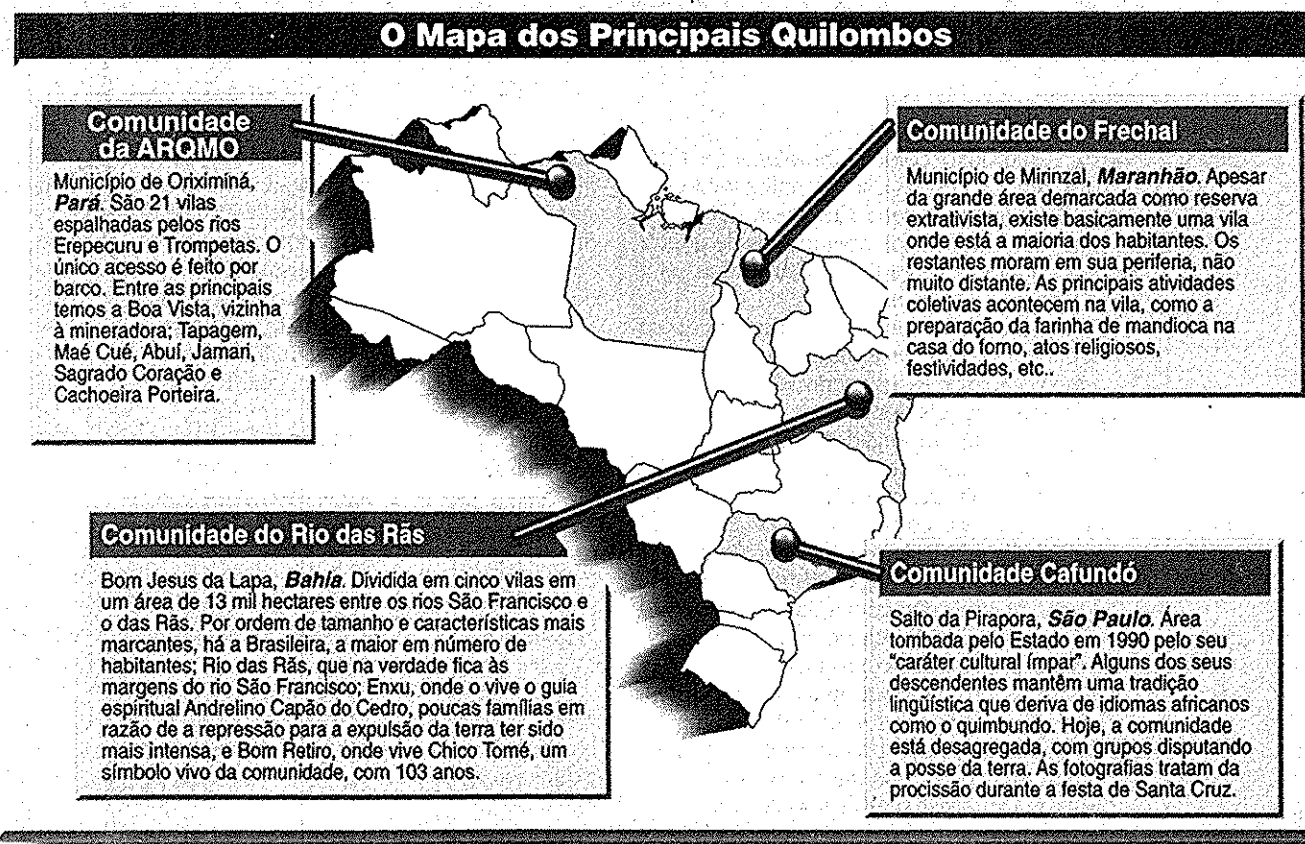
De acordo com o projeto da senadora Benedita, remanescentes de quilombos são os descendentes dos primeiros ocupantes dessas comunidades, em cujas ter-

ras mantenham moradia habitual. Mas alguns antropólogos querem incluir no conceito de quilombo todas as "terras de pretos", que incluem negros que receberam terras por prestação de serviços ou após serem alforçados e ainda antigas terras da Igreja e dos índios.

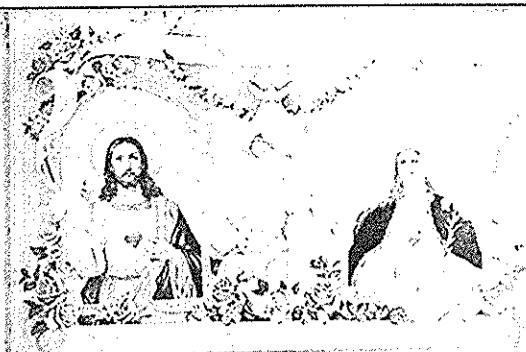
O Quilombo de Iraporundava tem cerca de 500 moradores ocupando 3,2 mil hectares no município de Eldorado, Vale do Ribeira paulista. O processo está tramitando na Justiça, movido pelos advogados Luís Eduardo Greenhalgh e Michael Mary Nolan. No caso do Quilombo de Rio das Rãs, no município de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, a ação movida pelo Ministério Público em 93 visa a obter o título dos 39 mil hectares onde vivem 300 famílias.

O Quilombo dos Kalungas, considerado o maior remanescente do País, foi transformado em sítio histórico e patrimônio cultural em 1991, pela Constituição Estadual de Goiás. A área de 202.620 hectares nos municípios de Monte Alegre, Cavalcante e Teresina, nordeste de Goiás, abriga cerca de 4 mil habitantes. No Quilombo de Frechal, no município de Mirinzal, Maranhão, o governo lançou não de um artifício para acalmar as disputas entre fazendeiros e remanescentes. A região foi transformada em reserva extrativista, garantindo a permanência dos habitantes. Já a comunidade de Boa Vista, localizada às margens do rio Trombetas, em Oriximim, no Pará, está tentando garantir a propriedade de sua terra por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Patrícia Campos Mello

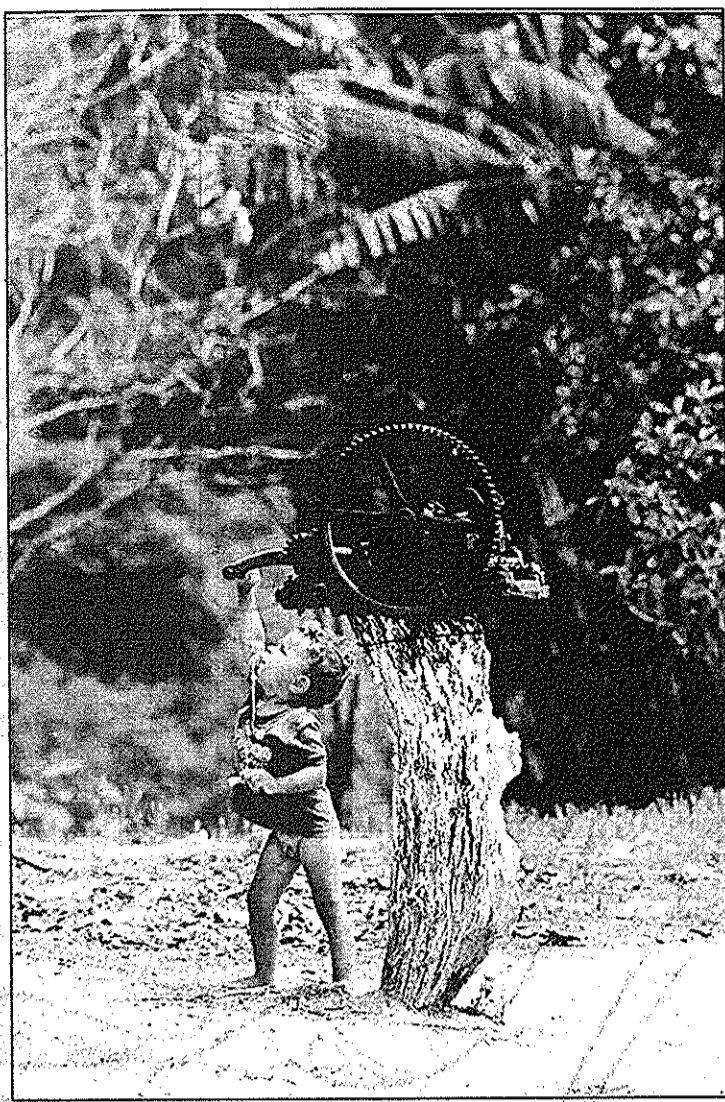


À esquerda, um bar da Vila Brasileira, no Quilombo do Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa, na Bahia. À direita, também nesse quilombo, mãe e filha buscam água no Rio das Rãs. Essa comunidade entrou com uma ação na Justiça para garantir a propriedade de suas terras, mas o processo ainda se encontra tramitando, por dificuldades na interpretação de seus direitos legais



Maria Aparecida Rosa de Aguiar, a Cida do Quilombo do Cafundó: ela usa palavras africanas, mas também gírias como "uma fria". Assim ela qualifica o tombamento do quilombo, hoje reduzido a uma pequena parte da área original

Fotos: Silvio Ricardo Ribeiro/AE



Cumanaco, o neto de Maria Aparecida, brinca numa área do Cafundó. No quilombo próximo a Sorocaba, as antigas práticas como cozinhar com lenha se combinam com o fogão a gás engarrafado e a televisão

Cafundó, quilombo ao vivo

Perto de Sorocaba, São Paulo, uma população de ex-escravos fala um misto de português e língua africana

Por Valdir Sanches



Ngombe, o boi, entrou pela porteira que alguém abriu e comeu o tipoque e o pungo. Sem o feijão e o milho comidos, os negros do Cafundó não correram o risco de injara. Fome, nunca passaram. Hoje, no quilombo, não se vive mais como nos tempos em que aquilo era uma grande extensão de terra (antes de os fazendeiros avançarem, com suas cercas). Os homens pouco lidam com sua terra. "Caçam" um trabalho, capinam para os fazendeiros. Com R\$ 8,00 por dia, podem comprar um pouco do que antes tiravam da terra.

O Cafundó está no município de Salto de Piraporá, a 125 km de São Paulo e a 30 km de Sorocaba. Há tempos, um branco saiu de Sorocaba e foi ao Cafundó, ensinar sua gente a fabricar tijolo. Com isso, as injó de pau a pique, onde tinham morado a vida inteira, desapareceram. As novas, de tijolos, foram caídas de avero. O branco combina com sua simplicidade. A cucópia, é verdade, ainda é a língua do Cafundó. E sua maior herança cultural. É uma língua que mescla palavras africanas com o português e que os estranhos não entendem.

"Caiapembe copopéia maiembe aquenda a macambura", diz Maria Aparecida Ro-

sa de Aguiar, Cida, 50 anos, falando de espíritos bons ou ruins. A frase significa que os bons espíritos trazem benefícios para as pessoas.

Cida também sabe usar gíria: "O tombamento é fria" — diz, sobre o decreto da Secretaria Estadual da Cultura que, em março de 1990, tombou o Cafundó. Estas terras tinham pelo menos 80 alqueires e eram parte de uma fazenda doada por seu dono a um escravo. Com o passar dos anos, os descendentes foram sendo espremidos por fazendeiros vizinhos, por manobras imobiliárias ou simples invasão.

O Quilombo do Cafundó é uma área cedida por um fazendeiro a ex-escravos. Depois, eles perderam a maior parte de suas terras

Hoje são 65 pessoas, entre adultos e crianças, confinados em 7,65 alqueires. O decreto, de tombamento abrange os 80 alqueires. Mas, como diz Cida, é fria. As pessoas do Cafundó pediram ordem a um funcionário do governo, de Sorocaba, para plantar cinco hectares de arroz, além do núcleo que ocupam. O funcionário disse que não havia problema. Um sobrinho de Cida mal preparou a terra, foi expulso por um fazendeiro armado.

O Condephaat, que cuida do patrimônio histórico no Estado, diz que o tombamento deu ao povo do Cafundó direito ao uso dos 80 hectares. E que a promotória pública, em Sorocaba, deveria propor ação contra os fazendeiros e outros ocu-

pantes (o que até hoje não aconteceu).

O núcleo de casas brancas, ilhado pelas cercas dos fazendeiros, miodorra ao tempo. Algumas vezes foi bafejado pela civilização. Há 14 anos chegou a luz elétrica (ligou-se a televisão). No ano passado, veio a água encanada. O gás de cozinha substituiu a lenha, no fogão, embora não de todo. A lenha ainda cozinha a goiabada e o doce de laranja.

Mas a nova geração quer distância da trabalhadeira na cozinha. As três filhas de Cida (a mais velha com 22 anos e quatro filhos), por exemplo. Elas compram em um mercado do Portal, um vilarejo próximo, o que sua avó produzia no quilombo. O café e a mandioca eram plantados, colhidos e moídos no pilão. A farinha da mandioca sempre acompanhou a refeição e foi usada para fazer bolo. O feijão, o arroz e o milho vinham da terra do Cafundó. O milho alimentava os porcos, que davam gordura para cozinhar e boa carne.

A avó de Cida torrava mamona, socava, punha para cozinhar. O óleo resultante curava a dor de ouvido. Mas o que se queria mesmo era a borra. Novamente cozida e misturada com cinza, virava sabão. Uma barra preta, usada no banho e na lavagem da roupa. Durante a lavagem, o sabão preto parecia manchar a roupa, toda ela bran-

ca, feita de saco. Mas, enxaguada, a roupa se mostrava alva e bem-cheirosa.

No Cafundó de hoje, os homens não se animam a trabalhar a terra. Esperam pela efetivação do tombamento. Plantam alguma coisa, de subsistência. Por estes dias, o gado da vizinhança entrou pela porteira que alguém abriu e comeu o pouco de plantação que havia. Em outros tempos, todos no quilombo se reuniam para ajudar cada família a plantar ou colher. O que hoje se chama mutirão. No fim, faziam uma grande festa, a da colheita.

As gerações mais novas não querem trabalhar nas atividades tradicionais na lavoura de subsistência, como fazem os mais velhos

A única festa que restou no Cafundó é a de Santa Cruz, Nossa Senhora Aparecida e São Benedito, em maio. O centro da festa é a singela capela do Cafundó, que tem a concorrência de um templo evangélico. Uma parte dos moradores é evangélica, mas gente de fora também frequenta o templo. Esses fatos não impedem que os atabaques da umbanda soem à noite, num sincretismo antigo.

Da mesma forma, o sincretismo da cucópia, em sua mistura do linguajar de africanos e brasileiros, está sendo preservado no quilombo. Filhos aprendem com os pais, a avó Cida já trata de ensinar seus sete netos. Destes a maioria é menina; mas o mais novo é um cumanaco de um ano.

Valdir Sanches é repórter especial do Jornal da Tarde



Cerca de 1850, o fazendeiro Joaquim Manuel de Oliveira, grande proprietário de terras, deu uma fazenda e a liberdade a seu escravo Joaquim Manuel de Oliveira, o Congo (cujo nome era uma homenagem ao senbório). Essa fazenda seria o Cafundó. Congo casou com uma escrava liberta, Ricarda, e teve duas filhas, Antônia e Efigênia. Antônia deu origem ao ramo familiar dos Pires Cardoso; Efigênia, ao dos Almeida Caetano. São os dois ramos do Cafundó. Maria Aparecida Rosa de Aguiar, Cida, personagem da reportagem acima, pertence ao ramo dos Almeida Caetano. Ela é bisneta de Ricarda, mulher de Congo, o primitivo herdeiro. Os registros da doação da fazenda se perderam, mas os fatos puderam ser conhecidos pelo relato de moradores já falecidos. O ramo dos Pires Cardoso tem raízes também em um quilombo próximo do Cafundó, o Caxambu. O Caxambu desapareceu, mas dele existe documentação. Em testamento datado de 20 de janeiro de 1866, o tenente Antônio D'Almeida Leite, viúvo sem filhos, deixa a Fazenda do Pilar "para os seus escravos, para gozarem da liberdade". O Quilombo do Cafundó, assim, resiste há quase 150 anos, período em que o Brasil passou da escravidão para a grande indústria — mas o quilombo pouco mudou

Um idioma que redime a pobreza

A língua falada no Quilombo do Cafundó é a maior riqueza cultural de seus habitantes

A língua falada no Cafundó jamais existiu na África. São 150 palavras da língua africana, apoiadas na base gramatical do português. Com essa mescla de vocábulos, os escravos ancestrais da gente do Cafundó criaram uma língua reservada, secreta — a cucópia. Essa língua, com outro nome e certas diferenças, ainda é falada em raros lugares do Sul e de Minas. Mas nada tem a ver com o que alguns descendentes de escravos falam mais para o Norte. Como o crioulo, usado pelos 4 mil kalungas de Goiás.

Os negros do Cafundó podem falar entre si de uma maneira que os estranhos não entendem. Ainda mais quando, em seu linguajar rápido, cortam proposadamente as palavras. Mais ou menos como fez Jorge Ben Jor ao trocar "país tropical" por "pa-tro-pi". Um exemplo da mescla do idioma africano com o português é a frase "cuendar pra congenga carunga". O que simplesmente quer dizer morrer (de morte natural). "Cuendar" significa andar, caminhar, vocábulo muito usado na África. Mas "pra" é o mesmo português de "sai pra lá". As 150 palavras do Cafundó são da língua banto. O banto designa uma família de línguas, como acontece com o indo-europeu, por exemplo. As línguas banto são faladas sobretudo na África Meridional, em

países como Angola, Moçambique, Zimbábue, África do Sul. O kimbundo, uma das línguas de Angola, teve tal presença no Brasil que deixou palavras no dicionário de português. Cachimbo, carimbo, candomblé, maconha são algumas.

Os escravos trazidos para São Paulo e o Sul do País vinham de regiões onde se falavam línguas banto. Os escravos levados para o Norte e Nordeste, dizem as hipóteses mais aceitas, também tinham sua língua de grupo (como a cucópia) — mas diferente da falada pelos escravos do Sul. Aqueles tinham por base o ioruba nagô, falado por escravos sudaneses, vindos da Nigéria.

O primeiro contato de cientistas com o Cafundó deu-se em março de 1978. Os professores Carlos Vogt e Peter Fry, da Universidade de Campinas (Unicamp), ficaram surpresos ao reconhecer vocábulos africanos na conversa dos moradores do quilombo. De seus estudos, está surgindo o livro *A Comunidade Negra do Cafundó: Linguagem e Sociedade*, que a Companhia das Letras lança no ano que vem. "A língua é cultuada pelos negros do Cafundó como um tesouro capaz de redimi-los da pobreza" — diz Vogt, ex-reitor da Unicamp, e autor das informações sobre a cucópia contidas nesta matéria.

Os kalungas, de Goiás, foram estudados du-

rante 24 anos pela antropóloga Mari de Nasaré Baiocchi. Ela concluiu que a língua usada pelos kalungas é o crioulo — "o encontro da língua africana com a portuguesa", falada na África desde a chegada dos portugueses, no século 15. Frase em crioulo: "Oió, num amanheceu nenhuma fulore" (olha, não amanheceu nenhuma flor). Na Bahia, os terreiros de Candomblé usam o ioruba nagô como linguagem ritual. Nos quilombos, a ligação com a língua africana é percebida por um "sotaque", que forma frases como "eu trabalha" ou "u meu subrinha". Dante Lucchesi, do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal da Bahia, está estudando o Quilombo de Helvécia, no Sul do Estado. "As características gramaticais e a sintaxe indicam o contato com a língua africana", comprova.

Um fato curioso ocorre na Baixada Maranhense. A influência mais significativa não é da língua africana, mas da indígena. A pesquisadora Maria Raimundo Araújo, fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão, constatou, em uma pesquisa, que nessas "terras de preto" os curandeiros são chamados de pajé. Os instrumentos, como o tipiti, para fazer a farinha, são indígenas. Quando querem se referir a um breiro, os negros dizem sauba, como os índios. (V.S.)

Glossário

Algumas palavras da língua cucópia:

- Ambara:** cidade
- Anguta:** mulher
- Avero:** leite, branco
- Caxapura:** doença
- Cuendar:** andar
- Cuendiar:** comer
- Cumanaco:** menino
- Cumbe mani:** sol baixo
- Curimbar:** cantar
- Cutar:** rezar
- Indarumim:** lua
- Injara:** fome
- Injó:** casa
- Malingue:** sangue
- Mafumbura:** doença mandada por alguém ou por espírito
- Mucanda:** escrita, carta
- Ngombe:** gado, boi
- Nhampecava:** café
- Pungo:** milho
- Tipoque:** feijão